

JUNHO 2024

89ª EDIÇÃO

GAZETA DO POVO

REVISTA

MELHORES CIDADES DO BRASIL

Levantamento exclusivo mostra
os 100 melhores municípios do
país para morar

Imagem: Unplash



Editorial: O Supremo
Tribunal e as portas
abertas para a maconha

O estado brasileiro que
fatura R\$ 154 bilhões sendo
o “supermercado do mundo”

Índice

Editorial: O STF e as portas abertas para a maconha 04

Marcio Antonio Campos: A defesa da vida punida com o ostracismo 12

Rodrigo Constantino: Não há clima! 26

Levantamento mostra as 100 melhores cidades para morar no Brasil 32

Sites de extrema-esquerda fabricam dossiês ocos para atacar Brasil Paralelo e Nubank 55

Rixa política e crise econômica: o cenário crítico do governo socialista de Arce 67

Conheça o estado brasileiro que fatura R\$ 154 bilhões sendo o “supermercado do mundo” 73



USUÁRIO DE ANDROID: PARA NAVEGAR UTILIZANDO OS LINKS DE PÁGINA VOCÊ PRECISA DO APP [ACROBAT READER](#)



B I B L I O T E C A
D A G A Z E T A
GAZETA DO POVO

**ACESSE NOSSOS E-BOOKS
EXCLUSIVOS**



Plenário do STF em julgamento sobre descriminalização do porte e posse de maconha. | Foto: Antonio Augusto/SCO/STF

EDITORIAL

O STF e as portas abertas para a maconha

Nem foi preciso esperar pelos dois votos ainda faltantes no julgamento sobre a descriminalização do porte e posse de maconha no STF para que a maioria em favor do ativismo

judicial laxista fosse formada. Na sessão desta terça-feira, o ministro Dias Toffoli resolveu esclarecer seu voto, que até então estava sendo lido como uma nova linha de divergência em relação à tese do relator, Gilmar Mendes. E, ao fazer o esclarecimento, criou a maioria necessária para que a posse e o porte da maconha sejam descriminalizados, deixando de ser crimes para tornarem-se atos ilícitos administrativos, sem natureza penal, na formulação do presidente da corte, Luís Roberto Barroso, feita logo após a fala de Toffoli. Ao fim, os dois últimos ministros a votar, Luiz Fux e Cármen Lúcia, também defenderam a descriminalização, formando o placar definitivo de 8 a 3 – foram vencidos Nunes Marques, André Mendonça e Cristiano Zanin.

O julgamento tinha sido iniciado em 2015. A Defensoria Pública do Estado de São Paulo questionava a constitucionalidade do artigo 28 da Lei de Drogas (11.343/2006) – que já não previa pena de prisão ao usuário, frise-se –; no caso em tela, um detento teve de cumprir pena de serviços comunitários por ter sido flagrado com três gramas de maconha em sua cela, em 2009. Segundo a Defensoria, a lei violava o direito à intimidade previsto no artigo 5.º, X, da Constituição. E, no julgamento, os ministros puderam dar vazão completa ao seu constante desejo de serem legisladores.

De início, Gilmar Mendes votou pela descriminalização de todo tipo de drogas; na sequência, Edson Fachin concordou com a inconstitucionalidade do artigo 28, mas apenas no caso da maconha, sendo seguido por Barroso

e Alexandre de Moraes; posteriormente, Mendes reformou seu voto para alinhar-se com os três colegas, e aqui já surge a primeira das muitas incoerências que surgem quando juízes se arrogam o papel de legisladores.



Os ministros podem fazer todo tipo de ressalva para reduzir o impacto do que acabam de decidir, mas seu ativismo judicial, equivocado na forma e no conteúdo, terá efeitos gravemente deletérios para toda a sociedade

Afinal, ou o artigo 28 é inconstitucional ou não é; ou o direito à intimidade contempla o direito a ter e carregar drogas, ou não – e tudo isso independe do tipo do entorpecente em questão.

Sem querer carregar nas costas o peso por fazer do Brasil um paraíso para todo tipo de droga, os ministros acabaram fazendo uma escolha arbitrária, ao menos considerando-se o tipo de argumento envolvido. Não contentes, os ministros avançarão ainda mais no ativismo ao pretenderem decidir, eles mesmos, que quantia de maconha servirá como referência para diferenciar um usuário de um traficante. Enquanto Fachin, em 2015, votara para deixar essa definição para o Congresso, Moraes sugeriu um limite máximo de 60 gramas ou seis plantas fêmeas de Cannabis sativa, e tudo indica que, sendo esta ou outra a quantia escolhida, serão mesmo os ministros do STF os responsáveis por fixar um limite, sob a alegação de evitar uma suposta subjetividade aplicada por policiais e juízes, que tenderiam a ser mais rigorosos com certo perfil social ou racial.

Mesmo admitindo que possa estar havendo uma aplicação equivocada de critérios em alguns (ou muitos) casos, também é preciso lembrar que há muitas outras circunstâncias envolvidas e cuja análise é necessária quando se trata de avaliar se estamos diante de um pequeno traficante ou de um usuário. O estabelecimento do critério quantitativo como único fator é um enorme risco.

E isso foi lembrado pelo então procurador-geral da República, Rodrigo Janot, em 2015, quando o julgamento começou. Na ocasião, Janot alertou para a “institucionalização do exército de formigas”, com traficantes circulando apenas com pequenas quantidades que os livrem de qualquer responsabilização penal caso sejam pegos. Para alguém flagrado com a quantidade “aceita” de maconha ser enquadrado como

traficante, seria preciso que a pessoa tivesse consigo objetos como balanças, cadernos de anotação e celulares com contatos de compra e venda, o que caracterizaria a atividade de tráfico. No entanto, acreditar que uma dessas “formiguinhas do tráfico” circularia com algum desses itens, correndo os riscos correspondentes, é de uma enorme ingenuidade. Os ministros podem fazer todo tipo de ressalva para reduzir o impacto do que acabam de decidir, mas o fato é que seu ativismo judicial, equivocado na forma e no conteúdo, terá efeitos gravemente deletérios para toda a sociedade. As consequências do uso de drogas – todas as drogas, inclusive a maconha – já estão fartamente documentadas, com ampla literatura científica a esse respeito. Não há “quantidade segura” para o consumo, e o potencial que o vício tem para destruir o

usuário, sua família e seu entorno é amplamente conhecido. A sociedade, por meio de seus representantes eleitos, já decidiu qual o grau de tolerância que considera aceitável diante do fenômeno das drogas, inclusive ao diferenciar o traficante do usuário e ao não aplicar a este último penas de prisão. A decisão do STF subverte essa lógica, e ainda o faz na direção mais permissiva, aquela que facilitará a disseminação do fenômeno previsto por Rodrigo Janot, fortalecendo o tráfico – e toda a violência urbana por ele gerada – e ampliando as oportunidades para que brasileiros entrem em uma espiral de degradação.



[Voltar ao índice](#)



O preparador físico Diego Falcão com a medalha de ouro conquistada pela seleção brasileira de basquete feminino nos Jogos Pan-Americanos de Santiago, em 2023. | Foto: Reprodução/Instagram/diegomfalcao

OPINIÃO

Marcio Antonio Campos

A defesa da vida punida com o ostracismo

Numa triste coincidência, horas depois de ter publicado, em minha coluna de ciência e fé,

uma breve menção à “opção beneditina” e à “opção Escrivá”, soube do cancelamento do preparador físico Diego Falcão, que por causa de publicações pró-vida nas mídias sociais perdeu a possibilidade de seguir trabalhando com a seleção brasileira de basquete feminino – ele só não foi formalmente demitido porque não tinha vínculo empregatício com a Confederação Brasileira de Basquete. Falcão, católico e devoto de Nossa Senhora de Fátima, compartilhou frases do padre Paulo Ricardo e de Santa Teresa de Calcutá contra o aborto; algumas reportagens disseram que ele também teria defendido o PL 1.904, que pune o aborto tardio – aquele feito quando o bebê já tem chance de sobrevivência fora do útero – com as mesmas penas do homicídio culposo, mas não achei publicações desse teor.

Não adianta, aqui, ficarem tentando dar voltas, alegando que o motivo da decisão da CBB foi uma “quebra de confiança” por parte das jogadoras; Falcão perdeu a chance de seguir trabalhando com a seleção por ter emitido uma opinião “errada”. Sua cabeça foi pedida (irônico isso ter acontecido uns dias antes da festa de São João Batista, ainda que da natividade, e não do martírio) por algumas jogadoras – a maioria das reportagens sobre o tema fala em duas atletas, não sei se o restante do time se manifestou também, se concordou em silêncio ou se discordou em silêncio para não receber retaliações – e houve campanha por parte de perfis no X, como o NBA das Minas. O perfil chegou a se revoltar com o fato de Falcão ter republicado uma mensagem do padre Paulo Ricardo dizendo que “desde toda a eternidade Deus sonhou com você” independentemente de

“como você foi concebido, se em pecado, não sei se nasceu de um estupro ou de um casamento sacramentado, não me importa”. Convenhamos, para alguém se indignar assim e chamar de “moralista” uma mensagem dessas, sobre o amor incondicional de Deus por todos, é para estar com a bússola moral muito desregulada.

Há dois anos, a **Gazeta do Povo** publicou um editorial sobre como, lentamente, se está construindo um cenário em que o discurso pró-vida é considerado inaceitável, absurdo, extremista. O abortismo não quer debater; ele quer expurgar totalmente da arena pública a defesa da vida. E isso inclui ostracizar os defensores do PL 1.904 (mas repito: não achei publicações de Falcão defendendo o PL), embora seja perfeitamente razoável pretender

que, numa situação em que um bebê pode sobreviver fora do útero, a lei proíba que ele seja assassinado, encerrando-se a gravidez não pelo aborto, mas pela antecipação do parto, com oferta de todos os cuidados médicos disponíveis para que o bebê consiga sobreviver e posterior entrega para adoção. Aliás, pleitear a proibição total do aborto tardio não é apenas razoável: é a única alternativa verdadeiramente humana, a que preserva as duas vidas, pois a antecipação do parto é procedimento muito menos arriscado para a mãe em comparação com o aborto e a posterior expulsão do feto morto. A coluna enviou mensagem a Falcão, mas ainda não teve resposta. No Instagram, ele agradeceu as manifestações de apoio e prometeu se pronunciar em breve sobre o caso.



Alegar que o motivo da decisão da CBB foi uma “quebra de confiança” por parte das jogadoras é tentar embelezar a dura verdade: Falcão saiu por ter emitido uma opinião “errada”

Espero sinceramente que ele não perca ainda mais oportunidades e contratos por causa disso. Mas o episódio envolvendo o preparador físico, que ficará sem uma grande oportunidade profissional por causa de uma opinião que não tem absolutamente nada a ver com seu trabalho, me leva a resgatar aqui o tema da “opção beneditina”.

Li o livro de Rod Dreher (que, até onde eu sei, hoje é ortodoxo, tendo sido católico e protestante) há muitos anos, ainda antes de

ganhar tradução em português, e o achei muito instigante. O seu diagnóstico é o de que será cada vez mais difícil para um cristão levar uma vida normal no mundo contemporâneo. Não se trata simplesmente de um mundo paganizado, mas de um mundo hostil e pronto para perseguir os cristãos. Ao menos no Ocidente, não é mais a perseguição à moda antiga, pois o diabo é inteligente e já viu que derramar sangue não deu certo; agora, os cristãos convictos, os que ousam ter fé e proclamá-la publicamente, com todas as consequências em temas como vida e família, não perdem a vida, mas perdem o emprego (em qualquer área, por mais competente que seja o cristão) e a reputação, seus filhos terão problemas caso não se conformem ao identitarismo nas escolas etc.

O diagnóstico me parece muito acertado. A pergunta é: como reagir a isso? A “opção beneditina” de Dreher é uma espécie de “recuo estratégico” em que os cristãos terão de se reunir em algum tipo de comunidades semiautônomas, onde possam viver, trabalhar e educar seus filhos em paz; e, depois que o identitarismo engolir a si mesmo e terminar de destruir a sociedade ocidental, esses cristãos estarão prontos para reconstruí-la como os beneditinos fizeram na Alta Idade Média. Já a “opção Escrivá”, inspirada no fundador do Opus Dei, corresponde a aceitar que, se Deus quis que vivêssemos neste mundo, é com este mundo que vamos lidar e é este mundo que vamos evangelizar. Então, vamos aguentar o tranco, dar bom exemplo, não fugir da arena pública, sempre apoiando-nos mutuamente porque, do contrário, vamos ser engolidos, sim.

Justiça seja feita, o artigo sobre a “opção Escrivá” é de 2015, quando Dreher ainda propunha uma versão mais “crua” da “opção beneditina”; desde então, o autor refinou bastante seu pensamento, e inclusive afirma que as comunidades propostas por ele não precisam ser fisicamente apartadas do resto da sociedade, muito menos literalmente construídas ao redor de um mosteiro, igreja ou o que for que proporcione vida religiosa aos cristãos; tais comunidades poderiam até mesmo coexistir com a vida urbana. Nesse sentido, as duas “opções” não seriam antagônicas, como aliás observou o Marco Ridenti num comentário lá no **Tubo de Ensaio**; elas inclusive parecem convergir ao menos em alguns aspectos.

Continuo sendo muito mais simpático à “opção Escrivá”, mas sempre que acontece algo como o que ocorreu com Falcão eu me pego pensando que, por enquanto, tanto a “beneditina” quanto a “Escrivá” são opções – ou seja, algo que ainda podemos escolher. Temo que em algum momento não exista mais a opção, que sejamos forçadamente excluídos de uma sociedade que tem ódio à fé e à verdade. Claro, mesmo crendo na vitória final de Cristo, sabemos que antes dela haverá tribulações; não sei se é desta forma que elas ocorrerão, mas a cada dia o cenário me parece mais e mais plausível.

Caminhando convictos rumo à perdição

Falando em PL 1.409, dias atrás um grupo chamado “Padres da Caminhada” – dizem eles que são 461 diáconos, padres e bispos – soltou

uma nota horrenda contra o projeto de lei, que eles chamam de “PL dos Estupradores”, comprando a narrativa abortista e ignorando que o texto não alivia absolutamente nada para quem comete estupros. Dizem-se “contra o aborto”, mas só sabem citar o maior abortista que há no STF, Luís Roberto Barroso, e dois notórios “coroinhas de Lula”, o bispo dom Angélico Bernardino e o pastor Ed René Kivitz.

Não há uma única palavra em defesa da vida do bebê que poderia sobreviver fora do útero, e que os “padres da caminhada” preferem ver sujeito à possibilidade de ser assassinado. “Criminalizar uma mulher vítima de estupro e abuso é violentá-la novamente”, afirmam eles, deixando de fora da frase a grande vítima do aborto e ignorando que mulher nenhuma seria criminalizada por ser vítima de violência, mas

por consentir, procurar ou provocar a morte de um ser humano indefeso e inocente, ser humano este que teria condições de sobreviver se lhe fosse dada essa chance – é este o crime que está sendo punido.

Agora, pensemos nesse nome, “padres *da caminhada*”. Excluindo-se o exercício físico, caminha-se sempre para chegar a algum lugar. Os “padres da caminhada” sabem para onde estão querendo ir? Talvez até tenham uma ideia do lugar que pretendem alcançar, mas algo me diz que o caminho escolhido por eles, esse caminho que passa pelo desprezo à vida nascente, pelo apego a ideologias assassinas e a políticos vis, vai levá-los a um destino bem, bem desagradável. Mas ainda há tempo de mudar de rota e seguir realmente o Senhor da Vida.

Uma sugestão para os padres que querem caminhar na direção certa

Na semana passada, sugeri que a CNBB renovasse a iniciativa de orações pela defesa da vida no Brasil:

“Independentemente do destino do PL 1.904, uma coisa que eu gostaria de ver seria a renovação daquela iniciativa de orações que a CNBB lançou às vésperas do início do julgamento da ADPF 442 no Supremo. A Oração do Nascituro é atemporal, não menciona nenhuma ação judicial ou projeto de lei em especial. E a prece que a CNBB recomendava pode ser alterada para algo mais genérico, pedindo que prosperem os projetos de lei que defendam a vida e que a cultura da morte seja derrotada nos três poderes. E aí, rezar. Não apenas um domingo em especial, mas todo domingo, até a vida vencer.”

O que eu esqueci de dizer é que ninguém precisa esperar que a CNBB faça esse pedido. Então, se algum padre estiver lendo a coluna, meu pedido é que tome a iniciativa e comece desde já a incluir a Oração do Nascituro e uma prece específica para que a vida seja protegida e o aborto seja rejeitado em todas as esferas decisórias de poder.



Autor: Marcio Antonio Campos é editor de Opinião da Gazeta do Povo. Autor de "A razão diante do enigma da existência" e coautor de "Bíblia e natureza: os dois livros de Deus – reflexões sobre ciência e fé", mantém a coluna quinzenal Tubo de Ensaio e uma coluna semanal sobre temas relacionados à Igreja Católica. **Os textos do colunista não expressam, necessariamente, a

opinião da Gazeta do Povo.

[Voltar ao índice](#)





Focos de incêndio dispararam 1,5 mil por cento de janeiro até este final de semana na comparação com 2023. | Foto: Tânia Rêgo/Agência Brasil

OPINIÃO

Rodrigo Constantino

Não há clima!

Gilmar Mendes disse que "não há clima" para anistia aos envolvidos nos atos do 8 de janeiro. Leandro Ruschel rebateu: "Claro, só há 'clima'

para anular as condenações dos maiores corruptos do país, e até mesmo anular as multas das empresas que bancaram a roubalheira. Já a vózinha que entrou no Congresso com Bíblia na mão deve apodrecer na cadeia, junto com a mãe de dois que pintou com batom 'Perdeu Mané' numa estátua".

De fato, tudo parece ser questão de "clima". Por exemplo: as queimadas no Pantanal. A militante esquerdista Miriam Leitão sabe as causas do fogo: o clima, jamais o governo. Em sua coluna de hoje no Globo, a esquerdista afirma: "O incêndio no bioma tem diversas razões, todas ligadas ao desmatamento e à conversão de áreas para a agricultura e pecuária". O culpado é o agronegócio.



Com os cofres irrigados pelo próprio governo, não há "clima" para qualquer crítica imparcial, não é mesmo?

Mas nem sempre foi assim. Em 2019, diante de queimadas, a mesma "jornalista" não titubeou e jogou já no título de sua coluna: "O grande responsável pelas queimadas é o governo". O que mudou de 2019 para hoje? Ora bolas, o governo! Sendo o atual governo aliado da comunista, então se faz necessário desviar o foco para o agro, para o desmatamento e seu suposto impacto no "clima". É preciso proteger o desgoverno companheiro!

É o que tem feito todo artista até ontem engajado na causa "ambiental". Ou eles sumiram, escafederam-se e sumiram do mapa,

ou fizeram como Miriam Leitão, troféu de ouro em "passapanismo", desviando o foco para o clima ou a geografia. Ingrid Guimarães, por exemplo, comentou: "Que desespero o que está acontecendo no Pantanal! Conheço bem Corumbá. Sou madrinha de um projeto lá. O lugar mais complexo. Eles não conseguem nem chegar perto pra combater o fogo. O mundo tá literalmente 'fritando'".

Mas antes de Lula assumir o comando, a mesma atriz pensava diferente: "Como deve ser dormir sabendo que praticou crime ambiental? Como envelhecer sabendo que seus netos talvez não conheçam a Amazônia? Por negligência sua? #forasalles". A humorista estava culpando o então ministro Ricardo Salles pela "destruição" da Amazônia, que tem cerca de 85% de sua floresta preservada. Talvez a geografia por lá

seja mais simples do que no Pantanal. Talvez seja o "clima". Afinal, mudou o governo...

O caso mais bizarro talvez seja o da própria ministra Marina Silva, espécie de mascote da elite culpada que pensa viver em Avatar. Maria escreveu: O Pantanal arde em chamas, mas a postura inescrupulosa do presidente é dizer que são críticas desproporcionais. Criminosamente desproporcional é a falta de medidas do governo para enfrentar o tamanho do problema da destruição dos biomas brasileiros (sic)". Opa! Marina atacando o próprio chefe? Claro que não. A mensagem é de 2020, o alvo era Bolsonaro. Agora, a mesma chama no Pantanal é culpa do "clima".

O ex-presidente Bolsonaro compartilhou mensagem de Mario Frias com o salto quântico

na liberação de recursos pela Lei Rouanet, mostrando que os artistas têm bilhões de motivos para se calar agora ou desviar o foco para o clima. Seguir o dinheiro é sempre uma boa estratégia para descobrir interesses escusos em mudanças tão repentinas de postura. Afinal, com os cofres irrigados pelo próprio governo, não há "clima" para qualquer crítica imparcial, não é mesmo?



Autor: Rodrigo Constantino. Economista pela PUC com MBA de Finanças pelo IBMEC, trabalhou por vários anos no mercado financeiro. É autor de vários livros, entre eles o best-seller “Esquerda Caviar” e a coletânea “Contra a maré vermelha”. Contribuiu para veículos como Veja.com, jornal O Globo e Gazeta do Povo. Preside o Conselho Deliberativo do Instituto

Liberal. **Os textos do colunista não expressam, necessariamente, a opinião da Gazeta do Povo.



[Voltar ao índice](#)



Pedestres caminham pelo centro de São Caetano do Sul: primeiro lugar entre as melhores cidades do Brasil. | Foto: Letícia Teixeira/Prefeitura de São Caetano do Sul

Ranking

Exclusivo: levantamento mostra as 100 melhores cidades para morar no Brasil

Por Gabriel de Arruda Castro

De Abadia de Goiás a Zortéa, em Santa Catarina, os 5.570 municípios brasileiros têm uma grande

variedade de climas, vegetações e culturas. Por isso, a tarefa listar as melhores cidades para se morar no Brasil não é simples.

Mas os principais critérios para uma vida de qualidade são os mesmos em qualquer lugar do mundo: um lugar seguro, com boa infraestrutura, hospitais e boas escolas, prosperidade econômica e emprego. A maior parte desses fatores pode ser medida em números.

Embora nunca tenha havido tantas estatísticas disponíveis quanto hoje, elas acabam sendo enganosas quando olhadas de forma isolada. Por exemplo: uma cidade pode ser segura, mas não ter hospitais. Ou talvez ela seja segura e

tenha hospitais, mas esteja estagnada economicamente.

E mesmo a cidade segura, com hospitais e uma economia forte pode sofrer com uma péssima educação, ou com a ausência de bibliotecas, ou ainda com a falta de um sistema de esgoto.

Por isso, a **Gazeta do Povo** compilou uma ampla base de dados, com base em levantamentos oficiais, para identificar a melhor cidade para morar no Brasil.

Essas estatísticas permitem uma comparação direta entre os 5.570 municípios brasileiros, com base em 21 indicadores em áreas como saúde, educação, segurança e infraestrutura

urbana (veja a lista completa dos indicadores ao final da reportagem).

Com base nos dados mais atualizados de cada categoria, as cidades receberam uma nota geral de 0 a 10. Embora tenha lacunas devido à falta de alguns dados (por exemplo: não existe um banco de dados nacionais sobre o número de furtos em cada município), o levantamento é o mais abrangente possível.

São Paulo tem maior número de cidades entre as melhores para se morar

Dentre as 100 primeiras cidades no ranking geral, 33 são de São Paulo, 29 de Minas Gerais, 16 do Rio Grande do Sul, nove de Santa Catarina, seis do Paraná, três de Goiás, duas do Rio de

Janeiro, uma do Mato Grosso do Sul e uma de Pernambuco.

A nota média dos municípios brasileiros foi de 5,66 pontos. Apenas 169 cidades obtiveram nota 7 ou maior. Nenhuma delas atingiu uma pontuação tão alta quanto São Caetano do Sul (SP), que somou 7,77 pontos.

Colado na capital paulista, o município de área reduzida e 165,5 mil habitantes se beneficia de uma combinação de localização privilegiada, com uma população bem-educada e uma infraestrutura urbana completa.

Para Loyde de Abreu-Harbich Vieira, professora da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo de

Universidade Mackenzie, o resultado não surpreende. "As prefeituras de São Caetano do Sul e Jundiaí mantêm a qualidade das áreas verdes, do ensino e de outras questões ligadas à qualidade de vida", afirma ela.

Embora bons indicadores da cidade dependem de um trabalho de longo prazo, que ultrapassa gestões. A taxa de alfabetização de São Caetano do Sul é de 98,8%; a de homicídios, de apenas 1,2 por 100.000 habitantes — ante 21,7 do índice nacional. São Caetano do Sul tem 100% de ruas afastadas, 99,99% de domicílios com abastecimento de água e 99,95% com ligação à rede de esgoto. A expectativa de vida ao nascer, de 78,2 anos, está entre as maiores do país.

Não houve empates no levantamento. Para simplificar a leitura, a tabela mostra apenas duas casas decimais. O Rio de Janeiro, por exemplo, teve uma nota de 6,6622325 pontos contra 6,6598310 de Belo Horizonte. Com o arredondamento, ambas aparecem com 6,66.

As melhores cidades do Brasil para se viver

Veja a lista das 100 melhores cidades do Brasil. [No site, você vê ainda o ranking das capitais e as 50 melhores cidades com mais de 100 mil habitantes:](#)

- 1º São Caetano do Sul (SP)
- 2º Fernando de Noronha (PE)
- 3º Jundiaí (SP)

- 4º Guaxupé (MG)
- 5º Adamantina (SP)
- 6º Extrema (MG)
- 7º Presidente Lucena (RS)
- 8º Alumínio (SP)
- 9º Arabutã (SC)
- 10º Jaci (SP)
- 11º Joaçaba (SC)
- 12º Araraquara (SP)
- 13º Chiapetta (RS)
- 14º Comendador Gomes (MG)
- 15º Estrela do Indaiá (MG)
- 16º Miraselva (PR)
- 17º Luz (MG)
- 18º Jaguariúna (SP)

- 19º Cornélio Procópio (PR)
- 20º Saldanha Marinho (RS)
- 21º Pirajuba (MG)
- 22º Pains (MG)
- 23º Capitólio (MG)
- 24º Santa Juliana (MG)
- 25º Rio das Flores (RJ)
- 26º Limeira (SP)
- 27º Lavras (MG)
- 28º Ouro Fino (MG)
- 29º Catanduva (SP)
- 30º Varginha (MG)
- 31º Florestal (MG)
- 32º Selbach (RS)
- 33º Sertão (RS)

- 34° Jaraguá do Sul (SC)
- 35° Sales Oliveira (SP)
- 36° Bragança Paulista (SP)
- 37° Itajubá (MG)
- 38° Uberlândia (MG)
- 39° Cambuí (MG)
- 40° Bonfinópolis de Minas (MG)
- 41° Ilha Solteira (SP)
- 42° Brusque (SC)
- 43° Kaloré (PR)
- 44° São José do Rio Pardo (SP)
- 45° Viadutos (RS)
- 46° Frederico Westphalen (RS)
- 47° Tombos (MG)
- 48° Cocal do Sul (SC)

- 49º João Monlevade (MG)
- 50º Pinhal Grande (RS)
- 51º Carmo (RJ)
- 52º Capivari (SP)
- 53º Dom Silvério (MG)
- 54º Pompéia (SP)
- 55º Holambra (SP)
- 56º Severiano de Almeida (RS)
- 57º Monções (SP)
- 58º Nova Bréscia (RS)
- 59º Paim Filho (RS)
- 60º Rio do Sul (SC)
- 61º Perolândia (GO)
- 62º Fagundes Varela (RS)
- 63º Porteirão (GO)

64º Lagamar (MG)

65º Maringá (PR)

66º Botucatu (SP)

67º São Sebastião do Rio Verde (MG)

68º Ceres (GO)

69º Bauru (SP)

70º Borborema (SP)

71º Taubaté (SP)

72º Sorocaba (SP)

73º Ouro Branco (MG)

74º Itapuí (SP)

75º Alcinópolis (MS)

76º Santa Rita do Sapucaí (MG)

77º Iomerê (SC)

78º Indaiatuba (SP)

- 79º Arapuá (MG)
- 80º Neves Paulista (SP)
- 81º Campos Altos (MG)
- 82º Pato Branco (PR)
- 83º Indianópolis (PR)
- 84º Presidente Prudente (SP)
- 85º Jales (SP)
- 86º Gentil (RS)
- 87º Muçum (RS)
- 88º Urupês (SP)
- 89º Inconfidentes (MG)
- 90º Laranjal (MG)
- 91º Arceburgo (MG)
- 92º Ribeirão Preto (SP)
- 93º Lençóis Paulista (SP)

94º Tupã (SP)

95º São José dos Campos (SP)

96º Lajeado (RS)

97º Getulina (SP)

98º Vargeão (SC)

99º Alto Feliz (RS)

100º Witmarsum (SC)

Goiânia lidera ranking das capitais

Quando se leva em conta apenas as capitais, Goiânia se sobressai como a primeira da lista. A capital de Goiás ficou com 6,85 pontos (e na 377ª colocação no ranking geral).

Com 1,4 milhão de habitantes, a cidade foi fundada em 1933 e é fruto de um plano do

governo estadual da época, que pretendia remover a sede do poder goiano da antiga Cidade de Goiás. Com suas zonas centrais planejadas, Goiânia tem um aspecto urbanístico mais ordenado do que as cidades antigas como Salvador e Rio de Janeiro.

Além disso, a capital goiana se destaca em outros aspectos: a nota na categoria educação foi a segunda maior, atrás apenas de Curitiba. A infraestrutura urbana goianiense também merece destaque.

Outro fator que ajuda a explicar a qualidade de vida da capital goiana não foi incluído no levantamento da **Gazeta do Povo** porque faltam dados sobre todos os municípios brasileiros: a existência de áreas verdes.

A prefeitura mantém 32 parques na cidade de 1,4 milhão de habitantes. "Goiânia é uma cidade planejada, que tem um certo nível de organização e oferece muitos pontos de lazer", diz Loyde de Abreu-Harbich Vieira.

Pelos cálculos da prefeitura, Goiânia tem 94 metros quadrados de áreas verdes por habitante. A recomendação da Organização das Nações Unidas (ONU) é de pelo menos 12 metros quadrados por habitante.

O sucesso da capital paulista

Em segundo lugar no ranking das capitais, com 6,8 pontos, São Paulo deve parte do bom

desempenho a dois fatores: a segurança pública e a pujança econômica.

Em 2022, a taxa de homicídios da capital paulista ficou em 2,8 por 100 mil habitantes. De longe, o índice é o menor das capitais brasileiras. O segundo lugar na lista, Florianópolis, aparece com 8,4 assassinatos por 100 mil habitantes. A média das capitais é de 28,7.

Referência em urbanismo e transporte público, Curitiba ficou em terceiro lugar entre as capitais, com 6,75 pontos. "Além de ser uma cidade que tem um planejamento de arborização de áreas públicas e pontos de lazer ao ar livre, Curitiba tem qualidade no trânsito porque estimula muito o transporte de massa

ou de bicicleta", destaca Loyde de Abreu-Harbich Vieira.

As melhores cidades com mais de 100 mil habitantes

O ranking geral das melhores cidades do país inclui municípios de pequeno porte. Por exemplo: Fernando de Noronha (PE), em segundo lugar, tem apenas 3 mil habitantes — além de ser acessível a um número restrito de pessoas. Em quarto, Guaxupé (MG) tem 51 mil.

Quando se retiram da lista os municípios com menos de 100 mil habitantes, restam 316 municípios e o topo do ranking passa a ser dominado por cidades paulistas. As cinco primeiras estão no estado de São Paulo: São

Caetano do Sul (SP), Jundiá (SP), Araraquara (SP), Limeira (SP) e Catanduva (SP). Em seguida, aparecem Varginha (MG), Jaraguá do Sul (SC), Bragança Paulista (SP), Uberlândia (MG) e Brusque (SC) completam a lista dos dez primeiros nesta categoria.

Nesta lista das 50 melhores cidades com mais de 100 mil habitantes, 43 são do Sudeste e sete são da região Sul.

O que os índices não medem

Embora inclua o maior número de dados possível sobre os municípios brasileiros, o levantamento da Gazeta do Povo não cobre todos os tipos de informações. Por exemplo: não existe uma base única de comparação entre

outros tipos de crimes, como furtos e tráfico de drogas. Embora a taxa de homicídios de São Paulo seja extremamente baixa até mesmo quando comparada a cidades americanas (o índice é menor que o de Nova York), a capital paulista está longe de ser uma cidade segura. Também por esse critério, o Rio de Janeiro (que teve 15,7 assassinatos por 100 mil habitantes em 2022) tem um desempenho melhor que Curitiba (com um índice de 19,3 por 100 mil). Além disso, fatores intangíveis não podem ser medidos. Cuiabá, em oitavo lugar, superou Florianópolis, em nono. Mas é plausível que as belezas naturais e o clima mais moderado da capital catarinense compensem o número menor de leitos hospitalares e de salas de cinema.

Por fim, não existe um levantamento completo dos índices de arborização dos municípios brasileiros. Os dados disponíveis se restringem às grandes cidades, o que impede uma análise aprofundada desse critério.

Entenda como a nota foi calculada

O levantamento da **Gazeta do Povo** inclui dez categorias diferentes, e utiliza um total de 21 indicadores. Alguns deles, por serem mais relevantes, ganharam peso maior no cálculo da nota final de cada cidade. Veja abaixo a lista:

1. Educação - Peso 1,5

- IDEB Ensino Fundamental - anos finais (2021)
- IDEB Ensino Médio (2021)

-Índice de analfabetismo (Censo 2022)

-Vagas de ensino superior (Censo da Educação Superior 2022)

2. Taxa de homicídios (IPEA, 2022) - Peso 1,5

3. Saúde - Peso 1,5

-Número de leitos hospitalares (DataSUS, 2024)

-Mortes evitáveis (DataSUS, 2024)

-Número médicos (DataSUS, 2024)

4. Economia - Peso 1,5

-PIB (Produto Interno Bruto) per capita (IBGE, 2021)

-População empregada (Caged, 2024)

5. Infraestrutura - Peso 1,5

-Domicílios ligados à rede de esgoto (IBGE, 2021)

-Abastecimento de água (IBGE, 2021)

-Aglomerados subnormais (favelas) (IBGE, 2021)

-Domicílios com coleta de lixo 2022 (IBGE, 2021)

6. Expectativa de vida (IBGE, 2021) - Peso 1

7. Mortes no Trânsito (DataSUS, 2022)- Peso 1

8. Suicídios (IPEA, 2021) - Peso 1

9. Cultura - Peso 1

-Salas de cinema (Ancine, 2023)

-Bibliotecas públicas (Sistema Nacional de Bibliotecas Públicas, 2023)

10. Famílias em situação de rua (Cadastro Único para Programas Sociais, 2023) - Peso 1



Voltar ao índice



A equipe da Brasil Paralelo, que vem sendo atacada por sites e contas de redes sociais de extrema-esquerda. | Foto: Brasil Paralelo/Divulgação/TZ Production

Narrativas

Sites de extrema-esquerda fabricam dossiês ocultos para atacar Brasil Paralelo e Nubank

Por Leonardo Desideri

Sites e contas de redes sociais de extrema-esquerda estão criando reportagens e

dossiês contra a Brasil Paralelo (BP), em uma onda de diversos ataques em curto intervalo de tempo. Informações que já eram parcial ou integralmente públicas são divulgadas em tom de denúncia, com forte adjetivação, truques retóricos e insinuações vagas, e depois replicadas em massa por perfis de redes sociais ideologicamente afins, com o objetivo de assassinar reputações.

Nas últimas semanas, o Nubank também foi envolvido na onda de ataques, com campanha massiva pelo boicote do banco, que teria se associado à Brasil Paralelo e ao que os radicais esquerdistas chamam de "extrema-direita" e "fascismo". O motivo: uma diretora do banco postou um story de Instagram discreto agradecendo à BP por um convite para a palestra do psicólogo e escritor best-seller

canadense Jordan Peterson no Brasil, que ocorreu na terça-feira passada (18).

Embora não apresentem denúncias consistentes, os conteúdos apelam a expressões e truques retóricos que tentam conferir uma aura de atuação criminosa aos seus alvos. Uma reportagem publicada na quinta-feira, dia 20, faz sensacionalismo no título: "A máquina de propaganda contra aborto da Brasil Paralelo". Para recheiar o conteúdo e tentar justificar o título, o texto publica os valores de anúncios publicitários feitos pela Brasil Paralelo nas redes sociais que levam a seus conteúdos sobre defesa da vida. Os valores foram divulgados pela própria BP.

Dois dias depois (22), o mesmo site publicou uma matéria intitulada "Como a Brasil Paralelo surfou no processo de radicalização da direita", que contém uma entrevista com uma pesquisadora. O texto que introduz a entrevista afirma que "a produtora tem tido êxito em ser fonte para a construção de narrativas negacionistas utilizadas pela extrema-direita". Na entrevista, contudo, a própria pesquisadora apresenta uma visão mais ponderada, afirmando, por exemplo: "É importante a gente olhar com cuidado, porque não há uma negação da proteção ambiental".

Um site semelhante publicou, no dia 3 de junho, uma reportagem sobre um diretor da Brasil Paralelo que, há quase duas décadas, criou o 55chan, um fórum de internet com uma visão radical da liberdade de expressão, em que

alguns usuários postavam conteúdos criminosos. Conforme a reportagem, o próprio criador decidiu derrubar o fórum, alegando justamente o caráter criminoso de certas postagens. Ele abandonou o 55chan em 2010. Mesmo assim, a matéria trazia o título: "Diretor da Brasil Paralelo criou fórum 'chan' que promovia crimes de ódio", estampando a foto do diretor e fazendo uma devassa de sua vida.

Outra reportagem do mesmo site, do dia 19 de junho, faz uma devassa nas postagens de Instagram de Cristina Junqueira, tentando associá-la de diversas formas ao que chama de "extrema-direita". Uma das acusações em tom de denúncia é que Junqueira fez um curso do padre Paulo Ricardo, sacerdote admirado por milhões de católicos brasileiros por suas aulas sobre a doutrina cristã, e que é descrito pela

matéria como "ultraconservador". "Junqueira disse que ela e o marido fizeram um curso do padre Paulo Ricardo – religioso ultraconservador que já empunhou um fuzil ao lado do guru bolsonarista Olavo de Carvalho", afirma o texto.

Nas redes sociais, os dossiês ocos geraram uma campanha de boicote contra o Nubank, com alguns usuários ameaçando cancelar suas contas. O banco não cedeu à histeria e publicou somente uma nota de esclarecimento, separando as opções pessoais de Cristina Junqueira do posicionamento do banco. "Nossa cofundadora recebeu – e agradeceu – um convite para o lançamento de um livro de um autor canadense, organizado em parceria com um veículo de comunicação. Reiteramos que Cristina Junqueira não tem qualquer parceria

com os organizadores do evento, e que o Nubank não patrocina essa organização nem endossa seus conteúdos", afirmou. A BP também passou a sofrer mais ataques nas redes sociais, com influenciadores tentando viralizar as reportagens para intimidar a empresa. "É hora de colocar a Brasil Paralelo contra as cordas", disse um deles.

A campanha de dossiês ocultos e boicote também atingiu o Ranking dos Políticos, que foi associado simultaneamente à BP e ao Nubank. "Cofundadora do Nubank Cristina Junqueira é conselheira de organização que é mantida pela Brasil Paralelo", afirmou uma conta de promoção de boicotes de extrema-esquerda famosa no X. Um dia depois, repostando o conteúdo de um perfil do X destinado especificamente a detratar a Brasil Paralelo, a

mesma conta atacou um diretor da BP por ele já ter tido um cargo diretivo no Ranking dos Políticos. Todas essas informações são públicas. Algumas das postagens das contas de boicote usam recursos gráficos como fluxogramas e lupas para dar uma aura investigativa à divulgação das informações, que são todas facilmente acessíveis por meio de uma busca no Google.

Associar empresas e pessoas a crimes pode ser enquadrado como calúnia

O jurista André Marsiglia, especialista em liberdade de expressão, diz que não haveria problema em fazer uma reportagem sobre o fórum 55chan mencionando seu criador, desde que não houvesse insinuações associando-o aos crimes cometidos no fórum. "As reportagens

sobre os fóruns podem ser feitas. Mencionar que ele foi seu criador, também. Mas associá-lo a eventuais crimes praticados por terceiros transborda o limite da liberdade de imprensa e pode, em tese, até mesmo ser enquadrado como calúnia, ou seja, quando uma pessoa ou um texto imputam falsamente a alguém um crime", explica.

Para Marsiglia também é "bastante questionável a associação feita com a Brasil Paralelo, pois à época dos fatos ele [o diretor] não tinha nenhuma relação com a empresa". "Nossos tribunais têm considerado que a exposição da imagem de empresas e sua associação a fatos pelos quais elas não são responsáveis configura uso abusivo do direito de informar, podendo resultar em reparação por

danos morais em favor da empresa exposta indevidamente", esclarece o jurista.

Militância radical ataca quem apresenta visões divergentes, diz Brasil Paralelo

À **Gazeta do Povo**, a Brasil Paralelo afirma que "grupos partidários e de militância radical buscam retaliar grupos de comunicação que deem espaço para ideias ou pessoas com as quais não concordam, às vezes até usando mentiras infundadas para atingir esse objetivo". A BP também diz que pode buscar na Justiça a responsabilização de quem atribui falsamente crimes à empresa.

Veja a nota da BP na íntegra:

A Brasil Paralelo é uma das maiores empresas de mídia independente do país, tendo um serviço de streaming com centenas de milhares de assinantes e canais que comunicam para dezenas de milhões de espectadores.

Com uma atuação apartidária e sem nunca ter recebido nenhum tipo de recurso público, a conquista deste espaço no mercado se deve à qualidade dos nossos conteúdos e ao compromisso ético de buscar a verdade.

Ao longo dos anos entrevistamos PhDs nacionais e internacionais, ganhador de prêmio Nobel, políticos, ministros do poder executivo e judiciário, bem como influenciadores, ativistas, pessoas públicas da vida brasileira e pessoas comuns.

Grupos partidários e de militância radical buscam retaliar grupos de comunicação que deem espaço para ideias ou pessoas com as quais não concordam, às vezes até usando mentiras infundadas para atingir esse objetivo. Hoje em dia podemos ver isso ocorrendo com todos os veículos.

Acreditamos que as pessoas podem escolher o que querem assistir e o que gostam e não gostam. Por isso, a crítica ao conteúdo ou à empresa é lícita e faz parte da liberdade de expressão. Já aquilo que exceder essa liberdade através da falsa atribuição de crime deve ser responsabilizado de acordo com a legislação vigente.



Voltar ao índice



Bolivianos vão às ruas de Santa Cruz (Bolívia) contra a crise econômica | Foto: EFE/Juan Carlos Torrejón

Crise na Bolívia

Rixa política e crise econômica: o cenário crítico do governo socialista de Arce

Por Isabella de Paula

Luis Arce, presidente da Bolívia, enfrentou nesta quarta-feira (26) uma suposta tentativa

de golpe comandada por um grupo de militares, ação que posteriormente foi apontada como um "autogolpe" do mandatário para elevar sua popularidade.

A mobilização militar, que alguns analistas descreveram como uma "jogada ensaiada", ocorre em um momento crítico para o país sul-americano, marcado por uma crise econômica, escassez de combustível e dólares, além de uma série de disputas políticas entre antigos aliados, Arce e o ex-presidente Evo Morales, ambos de esquerda.

Neste mês, um grupo de comerciantes se reuniu em uma manifestação reclamando da falta de recursos no país, problema que, segundo eles,

não está recebendo a devida atenção do governo federal.

"Exigimos que o governo dê uma solução definitiva para a crise econômica que vivemos devido à falta de dólares e de combustível", disse o principal dirigente do setor mercantil da Bolívia, César González, em entrevistas a jornais locais.

Desde o início do ano passado, a Bolívia está imersa em uma grave crise no setor econômico, que foi agravada pela falta de dólares que circulam no país e pela redução drástica das reservas internacionais.

Segundo dados do Banco Central, levando como referência o mês de abril, a quantidade de dólares chegou a 1.796 milhões, pouco mais do

que os 1.709 milhões existentes no final do ano passado.

Diante do cenário, o governo de Luis Arce tomou algumas decisões para tentar conter o avanço da crise, como a venda direta de dólares por meio do Banco Central boliviano, liberou as exportações e incentivos para reduzir os gastos com a importação de combustíveis, tentou acordo com empresários, mas nenhuma das iniciativas teve êxito.

Pelo contrário, as ações apenas afundaram ainda mais o país: o acesso a combustíveis ficou ainda mais escasso, o mesmo ocorreu com outros produtos básicos de consumo, devido à falta de dinheiro para pagar fornecedores, por

exemplo, de fertilizantes, setor essencial para a produção interna.

Com a piora da crise, o governo Arce ainda ordenou operações de controle na fronteira, a fim de evitar o contrabando em algumas cidades próximas da Argentina.

Tentando se esquivar dos protestos contra sua gestão, o presidente boliviano realizou um evento com sindicalizados, alegando que o aumento de preços é um ato organizado pelo "sistema capitalista".

Em meio à catastrófica situação do país, Arce ainda enfrenta uma forte disputa política com o antigo aliado e ex-presidente Evo Morales, que

busca se reeleger ao cargo nas eleições do próximo ano.

Em março, Morales desafiou o presidente Luis Arce, ambos do Movimento ao Socialismo (MAS), a submeter-se a eleições primárias fechadas para que seja definido o candidato do partido às eleições presidenciais de 2025, no meio de tensões crescentes entre os lados.

Em entrevista à *Agência EFE*, naquela ocasião, Evo Morales afirmou que haveria uma "convulsão social" na Bolívia se ele fosse desqualificado para as eleições do próximo ano.



[Voltar ao índice](#)



Indústria de alimentos no Paraná é destaque nacional com R\$ 154 bi em faturamento. | Foto: Jonathan Campos/Divulgação Governo do Paraná

Mercado em expansão

Conheça o estado brasileiro que fatura R\$ 154 bilhões sendo o “supermercado do mundo”

Por Juliet Manfrin

A indústria brasileira de alimentos e bebidas se consolidou como um dos pilares da economia

nacional e como fornecedor de alimentos nutritivos e de alta qualidade para o mercado externo. Dados da Associação Brasileira da Indústria de Alimentos e Bebidas (Abia) apontam que, no último ano, o setor faturou mais de R\$ 1,16 trilhão no cenário nacional, um crescimento de 7,2% em relação ao período anterior.

Essa força se traduz em 250 milhões de toneladas de alimentos produzidos anualmente, abastecendo, além do Brasil, 190 países e garantindo 1,97 milhão de empregos diretos. Para além dos números, a indústria de alimentos se destaca pela qualidade, inovação e responsabilidade socioambiental, avalia o diretor-presidente da Abia, João Dornellas. Nesse recorte, um destaque está na **indústria de alimentos do estado do Paraná.**

Com um faturamento de R\$ 154 bilhões em 2023 - 13,3% da fatia nacional - a indústria de alimentos no Paraná foi a segunda maior entre os polos produtores no Brasil, atrás do estado de São Paulo (R\$ 282 bilhões). Com uma **agropecuária de referência**, o estado se certificou como um gigante do setor, exportando produtos para quase duas centenas de países e alimentando o mundo com qualidade e sabor.

A diversidade climática e o solo paranaense propiciam o cultivo de uma ampla variedade de culturas: é o primeiro produtor nacional em **produção avícola**; o segundo maior em **grãos (soja e milho)** - atrás do estado do Mato Grosso -, em **leite** - atrás de Minas Gerais - e em **suínos**, logo depois de Santa Catarina.

A diversificação garante a oferta de produtos para os mercados interno e externo, impulsionando o desenvolvimento regional e gerando renda para milhares de famílias. A indústria de alimentos paranaense se caracteriza pela constante busca por inovação e tecnologia, conforme destaca o coordenador do ramo Agropecuário da Organização das Cooperativas Brasileiras (OCB), João Preto.

“Os investimentos são distribuídos entre pesquisa e desenvolvimento para aprimorar processos, aumentar a produtividade e oferecer produtos cada vez mais saudáveis e saborosos”, afirma ele, para quem a postura inovadora promove a competitividade do estado no mercado global e contribui para a construção de uma indústria alimentícia sustentável. Nesse

processo, as cooperativas são destaque, evidencia o especialista.

Paraná tem faturamento maior que regiões inteiras do Brasil

O faturamento registrado no último ano pelo estado do Paraná é superior ao total obtido pela região Nordeste, cujos nove estados movimentaram R\$ 115 bilhões em negócios. O valor - R\$ 154 bilhões - também é três vezes mais que o do Norte do Brasil - R\$ 53 bilhões.

No recorte da região Sul, o Paraná é seguido pelo Rio Grande do Sul - com R\$ 107 bilhões - e Santa Catarina - com R\$ 76 bilhões. “Se precisar aumentar produção amanhã, se tiver demanda, a gente consegue sem dificuldades

porque temos capacidade nas nossas indústrias", afirma o presidente da Abia.

Ele defende a abertura de novos mercados e mais acordos comerciais. "Estrutura, vontade e determinação para esse aumento nós temos", reforça. Atrás dos números, há uma cadeia produtiva dinâmica que emprega quase 1,2 milhão de paranaenses, sendo 224 mil empregados diretos e outros 966 mil de forma indireta, influenciando o tecido socioeconômico do estado.

Com 3,4 mil unidades de produção distribuídas por 399 municípios, a indústria de alimentos e bebidas do Paraná não só coloca a comida na mesa dos próprios paranaenses, mas alcança todos os continentes, respondendo por uma

fatia de 25% do Produto Interno Bruto (PIB) estadual, que somou R\$ 665,65 bilhões no último ano.

“Nenhuma região do Brasil e na América do Sul consegue produzir tanto por metro quadrado como o Paraná, **em quantidade, em variedade e industrialização da produção** do que vem do campo. Esse tem sido o diferencial do nosso estado com exportações crescentes, somos um grande supermercado do mundo”, enaltece o governador Carlos Massa Ratinho Junior (PSD).

Para além da dinâmica do setor, os dados demonstram seu potencial transformador e importância estratégica para o **desenvolvimento regional**. “Nosso principal objetivo é a transformação de alimentos e

agregar valor. O grande número de indústrias da transformação indica a capacidade e o potencial em transformar o milho e a soja em ração animal e, em vez de vender in natura, como *commodity*, vendemos a carne transformada, com agregação de valor, geração de emprego e de renda”, afirma o presidente do Programa Oeste em Desenvolvimento (POD), Rainer Zielasko.

O órgão está na região do estado que concentra cinco das dez maiores cooperativas do agro do Brasil, referência em produção e exportação de proteína animal. O desenvolvimento regional, fomentado pela indústria alimentícia, levou ao entorno uma condição de pleno emprego.

“O que nos falta são pessoas a serem contratadas: mantemos cerca de **12 mil vagas de empregos abertas** e não conseguimos preenchê-las. Necessitamos de profissionais para mantermos a evolução e o crescimento da indústria que alimenta o mundo”, completa o industrial.

Os empregos gerados pelo segmento representam uma parcela significativa na cadeia formal, correspondendo a 34% do total das carteiras assinadas na indústria do estado. Exerce um papel crucial na integração da produção agropecuária, com 65,3% da matéria-prima adquirida diretamente do campo, fortalecendo a economia rural e a cadeia produtiva agrícola paranaense.

“Temos capacidade técnica, de qualidade e com segurança sanitária para expandir produção, principalmente no setor de suinocultura com a abertura de novos mercados como o canadense, o sul-coreano, o japonês, o mexicano, o chileno. O Paraná é uma referência produtiva na indústria de alimentos e nos mantemos em expansão”, destaca o ex-secretário da Agricultura e Abastecimento do Paraná atual secretário estadual da Fazenda, Norberto Ortigara.

Outro aspecto marcante é a contribuição para as relações comerciais, com as exportações do setor tendo totalizado US\$ 8,9 bilhões em 2023, próximo de R\$ 44,5 bilhões. Todos os segmentos somados exportaram no estado US\$ 25,3 bilhões (R\$ 124,8 bilhões).

“Esse montante não apenas fortalece a balança comercial do estado, mas projeta a qualidade e competitividade dos produtos alimentícios paranaenses nos mercados internacionais, reforçando sua posição como um importante player no cenário global da indústria de alimentos”, acrescenta Ortigara.

Governo federal prevê abertura de mercados para a indústria de alimentos

O ministro da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (Mapa), Carlos Fávaro, afirmou que no curto prazo devem ser abertos ao menos **nove novos mercados internacionais**. O foco está na exportação de alimentos, especificamente proteínas, carro-chefe da indústria alimentícia do Paraná.

Segundo o ministro, os novos compradores vão se somar à lista de quase 40 aberturas comerciais registradas em 2023. “Essas parcerias comerciais vão beneficiar de forma muito precisa o estado do Paraná, que já exporta em grandes volumes e que atua de forma tão importante na produção de proteínas. Novos mercados significam avanço econômico, social e de referência dos mais diversos segmentos. O Paraná é destaque na produção e transformação. Uma indústria forte e em evolução”, destacou.

Setor produtivo paranaense quer estimular estrutura em parques fabris

O avanço da cadeia produtiva está respaldado, no que depender do Sistema Federação das Indústrias do Estado do Paraná (Fiep). O

presidente do órgão, empresário Edson Vasconcelos, reforçou que a Fiep está empenhada em percorrer o estado para sensibilizar poderes públicos à implantação de parques fabris em planos diretores, favorecendo vocações regionais e estratégias para a implantação de novos complexos.

“Precisamos olhar o estado mais pró-política industrial, não apenas para o que está aí. **Mostrar que o Paraná é competitivo para instalar novas unidades de produção**, mostrar aos investidores que temos condições, estrutura e que somos atrativos em muitas frentes”, afirma.

Para Vasconcelos, é essencial proporcionar aos gestores municipais um olhar específico sobre a

indústria. Ele aponta que o fechamento de uma indústria dificilmente será suprido por outra no mesmo local e ramo e que por isso vocações precisam ser valorizadas.

Para que o projeto prospere, avalia Vasconcelos, é prioritário um **cenário tributário mais favorável**, assim como medidas regulamentatórias diferenciadas e de olhar especial ao enfrentamento à burocracia. “Um empresário não pode esperar um ano para um licenciamento. Ele vai para outro lugar assim como um plano diretor de um município que não esteja conectado ao potencial industrial, o que é prejudicial para o desenvolvimento. Os poderes precisam caminhar juntos com o setor produtivo”.

Sobre esse ponto, o presidente-executivo da Abia evidencia que a vocação na transformação dos produtos fez com que o Brasil saísse de uma condição de "celeiro do mundo", em 2019, para "supermercado do mundo", no último ano. “Em 2023 fomos a maior indústria exportadora de alimentos do planeta [em tonelagem comercializada]. Já tínhamos passado por pouco os Estados Unidos em 2022, mas em 2023 veio a consolidação. Ninguém exporta mais que o Brasil, mas também vendemos muito para o mercado interno”. Do total produzido pela indústria brasileira de alimentos e bebidas em 2023, 73% foram consumidos pelos 210 milhões de brasileiros. Os outros 27% seguiram para exportação.



[Voltar ao índice](#)

PARA SE APROFUNDAR

- [Daniel Lopez: Bolívia, golpe ou jogada ensaiada?](#)
- [O que acontece agora com quem portar maconha? Entenda a decisão do STF](#)
- [Enfraquecido, Haddad acumula recuos e derrotas à frente da Fazenda](#)
- [As revelações chocantes das crianças que cresceram no showbusiness brasileiro](#)
- [Novos atentados expõem falhas de segurança e rancor pela guerra dentro da Rússia, dizem analistas](#)
- [Com crescente domínio de Hong Kong, China amplia perseguição a cristãos](#)

COMO RECEBER

As edições da Gazeta do Povo Revista vão estar disponíveis para download em PDF pelos nossos assinantes todos os sábados pela manhã no site do jornal. Também é possível se inscrever, para ser lembrado de baixar o arquivo, pelo [Whatsapp](#) ou pelo [Telegram](#). Se preferir receber por e-mail, você pode se inscrever na [newsletter](#) exclusiva para receber o link de download.

EXPEDIENTE

A Gazeta do Povo Revista é uma seleção de conteúdos publicados ao longo da semana no nosso site. Curadoria e formatação: Carlos Coelho, Daliane Nogueira e Marcela Mendes. Apoio: Jessica Lopes da Silva dos Reis. Conceito visual: Claudio Cristiano Gonçalves Alves. Coordenação: Patrícia Künzel.

APLICATIVO

Caso seu acesso seja via aplicativo iOS, só é possível visualizar o pdf. Para fazer o download, recomendamos o uso do navegador de internet de seu celular.



Voltar ao índice